

## As figuras de palavra e o discurso

*Seraphim Pietroforte*

A análise do texto poético, em boa parte, concentra-se no levantamento das figuras de linguagem nele presentes e na determinação de seus efeitos de sentido. Para prosseguir, eis o soneto “Braços”, de Cruz e Souza:

Braços nervosos, brancas opulências,  
brumais brancuras, fúlgidas brancuras,  
alvuras castas, virginais alvuras,  
lactescências das raras lactescências.

As fascinantes, mórbidas dormências  
dos teus braços de letais flexuras,  
produzem sensações de agres torturas,  
dos desejos às mornas florescências.

Braços nervosos, tentadoras serpes  
que prendem, tetanizam como os herpes,  
dos delírios na trêmula coorte...

Pompa de carnes tépidas e flóreas,  
braços de estranhas correções marmóreas  
abertos para o Amor e para a Morte.

Além da métrica e de rimas, assonâncias ou aliterações, há, no poema, uma metáfora, entre braços e serpentes, e uma metonímia, respeitante aos mesmos braços, tomados como parte pelo todo do corpo da mulher. Dessarte, atentando apenas para as figuras de linguagem de palavra, discutem-se seus efeitos de sentido não enquanto desvios de um suposto grau zero da linguagem, chamado denotativo, mas como mecanismos do discurso em que denotação e conotação se definem em um mesmo processo semiótico.

## as palavras e as “coisas”, significante e significado

Amiúde, devido ao rigor terminológico, acusa-se a linguística de nomear velhos conceitos com novas palavras; dessa perspectiva, nada parece mudar nos quadros das ciências da linguagem. Costuma-se, ainda, quando se explicam os conceitos de significante e de significado, propostos por Ferdinand de Saussure (Saussure, 1969: 79-93), ensinar que “significante” é sinônimo da palavra “palavra” e que “significado”, por sua vez, refere-se às “coisas” do mundo. Sendo assim, não raramente, escreve-se a palavra “árvore” no quadro negro e aponta-se uma árvore através da janela, tomando a primeira por significante e a segunda, por significado. No entanto, poucas afirmações parecem mais equivocadas do que essa; além de revelar desconhecimento total do ponto de vista saussuriano, propaga-se, com isso, um conceito de língua, desde há muito, contestado pelas ciências da linguagem.

O signo se estabelece numa relação entre o significante e o significado e não entre palavras e coisas. Ao se mostrar uma árvore e, em seguida, apontar a palavra “árvore” escrita no quadro negro, entende-se, erroneamente, que significante coincide com “palavra” e significado, com “coisa”; Saussure, porém, afirma, justamente, o contrário. Ao definir liames entre o significante, a imagem acústica do signo, e o significado, o conceito correspondente, o sentido do signo deixa de depender de referentes fora da língua –conforme o caso de árvores na paisagem – e passa a se determinar por vínculos entre duas grandezas linguísticas – ou seja, a imagem acústica, de ordem fonológica, e o conceito, de ordem semântica –.

Tais prejulgamentos entre palavras e coisas são antigos; na mitologia cristã, ele aparece logo após a cena da criação (Gen., cap. 2, vers. 18-20):

Javé Deus disse: “Não é bom que o homem esteja só, vou fazer-lhe um auxiliar que lhe convenha”. Javé Deus plasmou do solo todos os animais e todas as aves do céu. Conduziu-os à presença do homem, para ver que nome lhes daria: todo ser teria o nome que o homem lhe desse. E o homem deu nome a todos os animais domésticos, às aves do céu e a todos os animais do campo.

Nessa passagem, a nomeação se estabelece entre nomes e coisas, ou seja, entre os nomes dos animais e seus referentes, apresentados diretamente ao homem por seu criador. Séculos depois, Satã, segundo Milton, afirma, no *Paraíso perdido*, concepções

distintas; ao tombar no inferno, declama o anjo rebelde (John Milton, canto I, versos: 332-339):

Adeus, felizes campos, onde mora  
 Nunca interrupta paz, júbilo eterno!  
 Salve, perene horror! Inferno, salve!  
 Recebe o novo rei cujo intelecto  
 Mudar não podem tempos, nem lugares:  
 Nesse intelecto seu, todo ele existe;  
 Nesse intelecto seu, ele até pode  
 Do Inferno Céu fazer, do Céu Inferno.

Para Satã, tanto o Inferno quanto o Céu se definem no discurso que ele, em seu intelecto, articula; os conceitos de ambos os signos, portanto, determinam-se no discurso, e não por meio de referentes externos à linguagem, dados previamente, como ocorre com os animais e o homem, no capítulo citado do Gênesis. Dessa forma, sem referências fora da língua, cabe ao discurso estabelecer os conceitos de Céu e de Inferno, porquanto um se toma pelo outro, dependendo do ponto de vista.

O sentido, portanto, gera-se primeiro no discurso para, depois, encetar visões de mundo, e não o contrário, isto é, do “mundo” para a linguagem, como aparece no primeiro livro do Pentateuco. Dessa nova perspectiva, o linguista dinamarquês Louis Hjelmslev, em uma das páginas mais belas da linguística, apresenta esta formulação (Hjelmslev, 1975: 1-2):

A linguagem – a fala humana – é uma inesgotável riqueza de múltiplos valores. A linguagem é inseparável do homem e segue-o em todos os seus atos. A linguagem é o instrumento graças ao qual o homem modela o seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base última e mais profunda da sociedade humana. Mas é também o recurso último e indispensável do homem, seu refúgio nas horas solitárias em que o espírito luta com a existência, e quando o conflito se resolve no monólogo do poeta e na meditação do pensador. Antes mesmo do primeiro despertar de nossa consciência, as palavras já ressoavam a nossa volta, prontas para envolver os primeiros germes frágeis de nosso pensamento e a nos acompanhar inseparavelmente através da vida, desde as mais humildes ocupações da vida cotidiana aos momentos mais sublimes e mais íntimos dos quais a vida de todos os dias retira, graças às lembranças encarnadas pela linguagem, força e calor. A linguagem não é um simples

acompanhante, mas sim um fio profundamente tecido na trama do pensamento; para o indivíduo, ela é o tesouro da memória e a consciência vigilante transmitida de pai para filho. Para o bem e para o mal, a fala é a marca da personalidade, da terra natal e da nação, o título da nobreza da humanidade. O desenvolvimento da linguagem está tão inextricavelmente ligado ao da personalidade de cada indivíduo, da terra natal, da nação, da humanidade, da própria vida, que é possível indagar-se se ela não passa de um simples reflexo ou se ela não é tudo isso: a própria fonte do desenvolvimento dessas coisas.

Com tais considerações, Hjelmslev contraria a opinião comum de que há um mundo objetivo, dotado de referentes e de acontecimentos, que são refletidos pela linguagem; para ele, na mesma linha de pensamento de Saussure, dá-se justamente o contrário. Já que a linguagem se presentifica em todas as atividades humanas, torna-se possível considerá-la como fonte e não como reflexo dessas “coisas”.

Não se sustenta, desse modo, que o mundo físico não exista fora da linguagem; longe disso, tanto Saussure quanto Hjelmslev não se referem ao mundo físico em suas considerações, mas ao mundo de sentido construído pelo homem. Por conseguinte, não é pertinente para a linguística estudar o mundo material, mas, isto sim, verificar como as línguas o interpretam e classificam-no, atribuindo-lhe sentido.

### **o grau zero da linguagem**

A ideia de referentes lexicais encontra ecos na concepção de grau zero da linguagem. Nesse nível de realização, supõe-se que a linguagem designe as coisas do mundo objetivamente, ou seja, por meio de denotações, porquanto se tecem relações diretas entre palavras e coisas; ademais, o discurso se constrói cronologicamente, relatando os acontecimentos em ordem também direta, um após o outro. Desse ponto de vista, em grau zero, a linguagem reflete o mundo objetivo; conseqüentemente, se há a ordem direta, há também usos da linguagem em que se desvia dela. Essa linguagem desviada se chama linguagem figurada, isto é, conotativa; aprende-se, assim, que existe uma linguagem própria, utilizada, por exemplo, nos discursos científico, filosófico e jornalístico, e linguagens figuradas, características de discursos poéticos ou religiosos. Por conseguinte, a linguagem própria adquire, dessa perspectiva, o estatuto de verdadeira ou objetiva e, a figurada, a condição de inventada ou subjetiva.

Nessa situação, o grau zero retrata o mundo das coisas como reflexo seu e o sentido emana delas; do ponto de vista de Saussure e de Hjelmslev, tais considerações necessitam de revisão. Para prosseguir, se o sentido, contrariamente, emana da linguagem, revela-se que, a partir de mecanismos semióticos, precisamente, constroem-se tanto efeitos de sentido de denotação quanto de conotação; examinam-se, em seguida, alguns desses processos discursivos.

### **a denotação**

Estuda-se, subsequentemente, a denotação enquanto efeito de sentido formado pela linguagem e não o contrário, como se costuma fazer. Um exame da linguagem técnica do discurso científico, certamente, facilita a tarefa; em seus *Elementos de lingüística geral* (Martinet, 1978), André Martinet define o conceito de monema (Martinet, 1978: 12-13):

Com os seus significado e significante, as unidades da primeira articulação são signos, e signos mínimos por não poderem analisar-se em sucessões de signos menores. Não existe termo universalmente aceite para designar tais unidades; pela nossa parte, chamamo-lhes *monemas*.

O sentido atribuído a “monema” se torna exclusivo, ou seja, monossêmico; “monema” quer dizer, no discurso de Martinet, signo mínimo e nada mais. Tal recurso, utilizado frequentemente nos discursos científico, filosófico e jurídico possui a propriedade de, ao concentrar sentido em um único significado, gerar o efeito de objetividade, mesmo em se tratando de conceitos abstratos, como o de “monema”. Nesses discursos, a univocidade do sentido se faz necessária para seus desenvolvimentos; uma vez baseados em processos indutivos e dedutivos, visando a argumentações encadeadas logicamente entre premissas e conclusões, seus léxicos designam apenas um sentido, fora do qual tais premissas perdem validade, gerando incongruências.

No discurso literário, esse recurso também aparece. No famoso conto “O espelho”, de Machado de Assis, a personagem Jacobina define, denotativamente, o conceito de alma exterior, demonstrado com a história de sua nomeação para alferes (Machado de Assis, 1997: 346):

– Nada menos de duas almas. Cada criatura traz duas almas consigo: uma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para dentro... Espantem-se à vontade; podem ficar de boca aberta, dar de ombros, tudo; não admito réplica. Se me replicarem, acabo o charuto e vou dormir. A alma exterior pode ser um espírito, um fluido, um homem, muitos homens, um objeto, uma operação. Há casos, por exemplo, em que um simples botão de camisa é a alma exterior de uma pessoa; e assim também a polca, o voltarete, um livro, uma máquina, um par de botas, uma cavatina, um tambor etc.

A alma exterior, segundo Jacobina, é aquela que olha de fora para dentro, de modo que a polca, o voltarete, um livro, uma máquina etc., tornam-se seus exemplos; dessa perspectiva, tais palavras se tomam denotativamente: polca e voltarete são dois tipos de dança, um livro é um objeto formado por páginas impressas e encadernadas e uma máquina é um aparelho mecânico; não se trata, como parece, de definir coisas fora da linguagem refletindo-as, mas de classificar o mundo dotando-o de sentido.

No texto de Machado de Assis, evidentemente, não se definem tais almas com a precisão dos conceitos linguísticos do texto de Martinet; as palavras utilizadas, no entanto, pertencem a um universo lexical sobre o qual se formam consensos sociais e pertencem a discursos sociais capaz de as reunir e de classificá-las. Esses discursos, por suas vezes, explicitam-se na elaboração de dicionários, isto é, na lexicografia; desse modo, o dicionário, longe de fornecer o sentido próprio das palavras, descreve a construção dos conceitos relacionados a elas, dotando-as de sentidos unívocos, que se interpretam por denotações. Dessarte, nada impede, em descrições lexicográficas, que os sentidos conotativos mais frequentes e expressões idiomáticas ocorram ao lado das definições denotativas, todavia, quando isso se dá, indicam-se, devidamente, como tais; outrossim, dicionários integram um tipo de discurso que, como todo discurso, produz efeitos de sentido, não constituindo, simplesmente, listas de palavras com os respectivos usos corretos e apropriados.

### **a comparação**

Próximo da denotação, caracterizada pela concentração em sentidos unívocos, há um processo discursivo em que se nega tal semiótica. Dessa forma, quando se comparam dois ou mais significados recorrendo à similaridade, nega-se o sentido denotado, caminhando para a sua difusão em outros sentidos, a gerar, assim, conotações; a figura de palavra correspondente se chama comparação, cujos versos do

canto IV da *Iliada*, de Homero, na tradução de Carlos Alberto Nunes (Homero, 1996: 96), exemplificam:

Dos vencedores os gritos de júbilos se ouvem e as queixas  
dos que tombam vencidos; de sangue se encharca o chão duro.  
*Como* dois rios, oriundos de um grande degelo dos montes,  
numa bacia, somente, o volume das águas despejam,  
para reuni-las, depois, nas entranhas de um côncavo abismo,  
de onde o barulho vai longe, ao pastor, que num monte se encontra:  
tal era a grita e o trabalho dos dois combatentes exércitos.

Nos versos, descreve-se, denotativamente, uma batalha, no entanto, mediante a conjunção “como”, compara-se o furor das lutas ao estrondo do degelo dos montes desaguando em abismos; desse modo, nega-se o sentido unívoco da denotação comparando-a a outros sentidos que, graças ao discurso, mostram-se semelhantes a ela.

### **a metáfora**

Na metáfora, além da negação dos sentidos unívocos da denotação, afirma-se sua difusão em outros sentidos. Dessa maneira, a metáfora se revela a afirmação de processos decorrentes da negação da denotação, que implicam, por suas vezes, a construção de comparações; nas metáforas, a comparação com a qual se aproximam sentidos semelhantes não se encontra mais separada nos termos comparados, feito a “batalha” e o “degelo” nos versos de Homero, porquanto, na metáfora, afirma-se o sentido plurívoco em um único termo. Na canção “Memória da pele”, de João Bosco e Waly Salomão, há uma metáfora desencadeada pela palavra “taça”:

Eu já esqueci você, tento crer  
Nesses lábios que meus lábios sugam de prazer  
Sugo sempre, busco sempre a sonhar em vão  
Cor vermelha, carne da sua boca, coração

Eu já esqueci você, tento crer  
Seu nome, sua cara, seu jeito, seu odor  
Sua casa, sua cama, sua carne, seu suor  
Eu pertenço à raça da pedra dura  
Quando enfim juro que esqueci  
Quem se lembra de você em mim, em mim

Não sou eu, sofro e sei  
 Não sou eu, finjo que não sei, não sou eu  
 Sonho bocas que murmuram  
 Tranço em pernas que procuram, enfim  
 Não sou eu, sofro e sei  
 Quem se lembra de você em mim, eu sei, eu sei...

Bate é na memória da minha pele  
 Bate é no sangue que bombeia na minha veia  
 Bate é no champanhe que borbulhava na sua *taça*  
 E que borbulha agora na *taça* da minha cabeça

No texto, tematiza-se a nostalgia. Contudo, não se cuida de uma nostalgia vaga e indefinida, mas de saudades provocadas pela sensação física, no corpo do enunciador, da ausência de contatos com o corpo do enunciatário, por isso a memória da pele. Essa lembrança se manifesta à revelia das avaliações do enunciador sobre se esquecer ou não de seus desejos, pois no texto aparece, justamente, o conflito entre esse suposto olvido e sua reminiscência, manifestada no corpo do enunciador:

Quando enfim juro que esqueci  
 Quem se lembra de você em mim, em mim  
 Não sou eu, sofro e sei  
 Não sou eu, finjo que não sei, não sou eu  
 Sonho bocas que murmuram  
 Tranço em pernas que procuram, enfim  
 Não sou eu, sofro e sei  
 Quem se lembra de você em mim, eu sei, eu sei...

Quando o desejo sexual se expressa, a memória da pele se manifesta no corpo do enunciador e, separado de seu objeto, resta-lhe o prazer solitário:

Bate é na memória da minha pele  
 Bate é no sangue que bombeia na minha veia  
 Bate é no champanhe que borbulhava na sua *taça*  
 E que borbulha agora na *taça* da minha cabeça

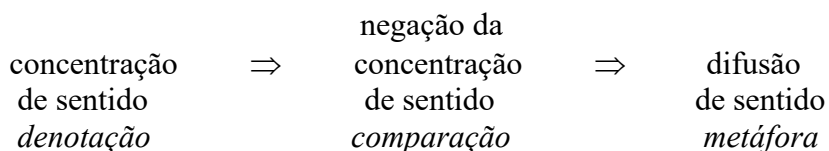
Ora, a palavra “taça” adquire sentido na coerência estabelecida com o erotismo tematizado nos versos; ao ser enunciada, na narrativa erótica, no momento da

ejaculação, o champanhe, com seu estouro e seu borbulhar, designa, também, esse momento. Nesse contexto, a “taça”, no verso “Bate é no champanhe que borbulhava na sua taça”, passa a designar, então, ora a genitália feminina, numa leitura heteronormativa, ora o ânus, numa leitura homoerótica; no verso “E que borbulha agora na taça da minha cabeça”, designa-se, ainda, o corpo do enunciador.

Assim, o sentido de “taça” se torna plurívoco, porquanto ele não se restringe ao sentido unívoco de um tipo de copo que, por sua vez, também se forma no discurso. Essa plurivocidade não se deve entender por confusões a respeito do sentido da palavra metaforizada; na canção acima, “taça” significa a taça de champanhe, a genitália feminina e a masturbação do enunciador porque o tema erótico se tematiza ao longo do discurso em que a palavra se insere. Dessarte, a palavra “taça” realiza, paralelamente, o tema do brinde e o tema erótico, de modo a conectar ambos os temas mediante sentidos metafóricos. Tal plurivocidade, portanto, alinha-se pelo discurso o qual, com coerência temática, encaminha os sentidos assumidos pelas palavras; nos versos da canção, tal difusão minimiza, pela comparação com o brinde, culturalmente interpretado como fino e delicado, a obscenidade do gesto metaforizado, que, se descrito denotativamente, talvez perdesse a complexificação entre a lascívia e a fineza produzidas pela metáfora concernente à “taça”.

### **a metonímia**

Até então, determinam-se efeitos de sentido que partem da concentração para a difusão: (1) a concentração produz a denotação; (2) a negação da concentração gera a comparação; (3) a difusão cria metáforas:



Nada impede que se faça, portanto, a dedução de um processo seguindo o caminho contrário, em que se nega a difusão do sentido rumo à concentração; a metonímia, enquanto a figura de palavra responsável por relações de contiguidade – como as da parte com todo ou da causa com a consequência – parece realizar tal

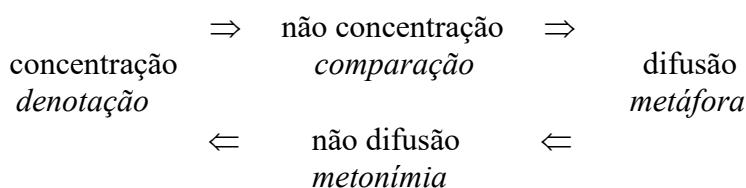
percurso. Dessa forma, nas relações da parte com o todo, surge a necessidade da formação de um significado em que tal parte se definida enquanto parte de um todo, ou seja, necessita-se de formar uma denotação; na célebre metonímia “a mão que toca um violão”, da canção de Maurício do Vale, a “mão” significa parte do corpo humano, porquanto seu significado aponta para uma denotação sem afirmá-la ainda. O mesmo se passa nas relações de causa e efeito; na metonímia “tocaremos Bach”, Bach significa músicas compostas por ele, implicando a denotação tanto da peça quanto do compositor.

No primeiro parágrafo do *Ateneu* (Pompéia, 1996: 13), de Raul Pompéia, há uma metonímia, que rege o texto do romance:

“Vais encontrar o mundo, disse-me meu pai, à porta do Ateneu. Coragem para a luta.” Bastante experimentei depois a verdade deste aviso, que me despia, num gesto, das ilusões de criança educada exoticamente na estufa de carinho que é o regime do amor doméstico, diferente do que se encontra fora, tão diferente, que parece o poema dos cuidados maternos um artifício sentimental, com a vantagem única de fazer mais sensível a criatura à impressão rude do primeiro ensinamento, têmpera brusca da vitalidade na influência de um novo clima rigoroso. Lembramo-nos, entretanto, com saudade hipócrita, dos felizes tempos; (...)

O ateneu, assim apresentado, torna-se uma parte do mundo que vale por ele todo; o que se vive pelo enunciador, ao longo do texto do romance e dentro dos muros do colégio, equivale ao vivido no mundo fora deles. Nesse significado do termo “ateneu”, tanto o colégio quanto o mundo são denotados; o mundo condiz com a sociedade e suas relações e o ateneu corresponde ao colégio de Aristarco. Dessarte, quando o primeiro conta pelo segundo, nega-se a difusão do sentido sem afirmar, ainda, sua concentração em um sentido unívoco, porquanto o colégio de Aristarco não se reduz a um ateneu, mas se refere também ao mundo.

Em vista disso, demonstra-se que tanto a denotação quanto as conotações comparativas, metafóricas e metonímicas se geram em mecanismos do discurso, que ora remetem à concentração de sentido, univocamente, ora a sua difusão, de modo plurívoco.



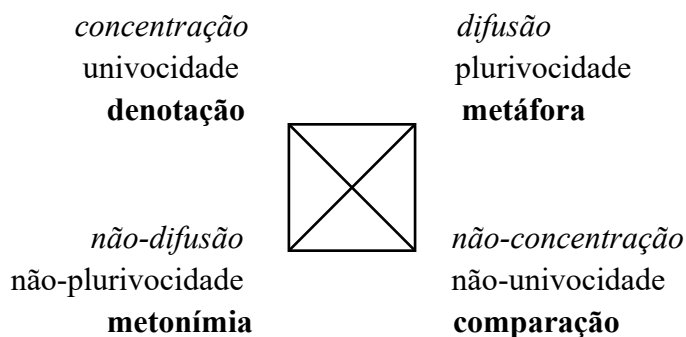
No percurso da não-concentração para a difusão de sentido, ou seja, nos domínios da comparação e da metáfora, geram-se efeitos de sentido subjetivos, pois, por meio das semelhanças que orientam as comparações e as metáforas, transparecem as escolhas do enunciador. No percurso contrário, por sua vez, nos domínios da metonímia e da denotação, ocorrem efeitos objetivos, porquanto as escolhas do enunciador se minimizam pela concentração de sentido, seja ela restrita à definição de termos técnicos seja relacionada ao discurso lexicográfico dos dicionários; isso explica a recorrência à denotação nos discursos que se pretendem objetivos, feito o discurso científico e o discurso jurídico. Por fim, quanto ao discurso literário, concorda-se com Roman Jakobson, quem, no artigo “Linguística e poética” (Jakobson, s.d.: 118-162), considera a metáfora e a metonímia enquanto figuras de palavra básicas na construção da linguagem, ao apontar, justamente, a reincidência da primeira em escolas literárias predominantemente subjetivas, feito o Romantismo, e da segunda, em escolas mais objetivantes, feito o Realismo ou o Naturalismo.

Para concluir, por meio de mecanismos discursivos, demonstra-se que tanto a denotação quanto a conotação se descrevem enquanto produtos da linguagem, constituindo-se não por reflexos ou desvios de coisas reais, mas, isto sim, como efeitos de sentido.

### **a enunciação e as figuras de linguagem de palavra**

Com base nas considerações anteriores, verifica-se uma rede de relações em que cada tipo de lexicalização se define em relação às demais; em termos semióticos, tal rede se sistematiza no quadrado semiótico mediante a categoria formal *concentração* vs. *difusão* aplicada nas dimensões do sentido. Isso posto, com a *concentração* promove-se a univocidade, própria da denotação, e, com a *difusão*, a plurivocidade, característica da conotação metafórica; com a negação da concentração, desencadeia-se a *negação da*

*univocidade*, gerando a conotação comparativa, e, com a *negação da difusão*, a negação da plurivocidade, responsável pela conotação metonímica. Esquemáticamente, tal rede se representa assim:



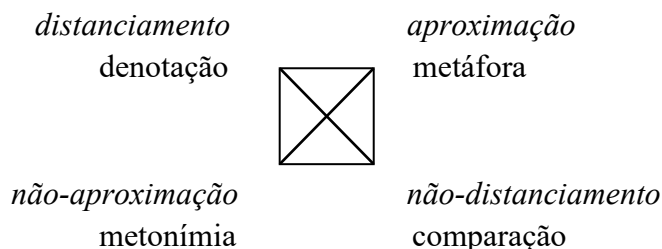
Uma vez determinada a rede de relações, determinam-se os efeitos de sentido gerados na instância da enunciação. De acordo com a semiótica, a enunciação se forma na relação enunciador-enunciatário, pertinente ao discurso e cujo produto se realiza no enunciado; vale lembrar, o enunciador e o enunciatário podem se marcar ou não na enunciação. Assim, quando se marcam, ocorre enunciação em primeira pessoa, a estabelecer o lugar do “aqui” e o tempo do “agora”; quando não se marcam, há enunciação em terceira pessoa, a instaurar, por sua vez, o lugar do “lá” e o tempo do “então”; a primeira se chamada enunciação *enunciativa* e, a segunda, enunciação *enunciva*.

Isso posto, com as enunciações *enunciativa* e *enunciva* se definem dois modos básicos de colocação das categorias de pessoa, tempo e espaço no discurso e, ainda, dois efeitos básicos de sentido, respectivamente, subjetividade e objetividade. Na enunciação *enunciativa*, com o enunciador na primeira pessoa e a conseqüente demarcação do enunciatário na segunda pessoa, geram-se efeitos de subjetividade, ao passo que, na enunciação *enunciva*, a aparente ausência de ambos redundam em objetividade. Na enunciação *enunciativa*, o enunciado parece da responsabilidade do “eu”, quem enuncia e se presentifica no discurso; contrariamente, na enunciação *enunciva*, a não colocação do “eu” sugere objetividade, a qual, aparentemente, independe do enunciador, agora implícito. Desse modo, na enunciação *enunciativa* ocorre aproximação entre a instância da enunciação e o enunciado, enquanto, na enunciação *enunciva*, há distanciamento.

Para prosseguir, relacionando tais modos de enunciação com os modos de lexicalização colocados no quadrado semiótico, verifica-se que no modo denotativo

geram-se efeitos de objetividade e, no modo metafórico, de subjetividade. Própria dos discursos científico e jurídico, a denotação promove, pela univocidade de sentido, a objetividade que não se consegue no modo metafórico; a metáfora, por sua vez, devido à similaridade entre os termos implicitamente comparados em sua realização, denuncia as escolhas do enunciador, justamente, na comparação. Dessarte, na canção “Memória da pele”, há subjetividade na comparação implícita na metáfora entre a genitália e a taça, que parece própria do enunciador, ao passo que a definição de “monema”, proposta por Martinet, soa objetiva, dependendo mais dos liames entre significante e significado do que de escolhas pessoais.

Por fim, se a aproximação entre enunciação e enunciado encaminha subjetividade e a metáfora é própria desse efeito de sentido, há aproximação entre enunciação e enunciado na metáfora; contrariamente, se o distanciamento entre enunciação e enunciado gera objetividade e a denotação caracteriza tal efeito de sentido, há distanciamento entre enunciação e enunciado na denotação. Consequentemente, de acordo com o quadrado semiótico, a negação do distanciamento se faz com a comparação e, a negação da aproximação, com a metonímia:



### **a colocação em discurso**

Em *A pata da gazela*, de José de Alencar, há uma metonímia que permite, justamente, enquadrar o romance no conceito moderno de sexo fetichista; para quem se lembra do texto, Horácio se encanta, metonimicamente, por uma botina no lugar do pé e, em seguida, apaixona-se pelo pé de Amélia em vez de pela moça, ou seja, toma-se a parte pelo todo (Alencar, 1981:25):

Sobre aquela botina via elevar-se como sobre um pedestal, um vulto de estátua, mas vago, indistinto; e contudo esse esboço sem formas sedutoras, aquela sombra sem alma e sem calor, lhe parecia de uma beleza

deslumbrante. Não era ela a mulher a quem pertencia o mais formoso pé do mundo, o mimo, a obra prima da natureza?

Tal alegoria metonímica não agrada em nada à ardilosa Amélia, quem, sabendo se esconder, responde assim às insistências do podólatra, aflito por admirar seu pé (Alencar, 1981: 60):

– Realmente eu não compreendo. Será possível que a senhora tenha ciúmes dele? perguntou Horácio gracejando.

A moça olhou-o com expressão.

– Tenho sim, tenho ciúmes.

Dessarte, Amélia resiste a uma morte semiótica, ou melhor, ela pretere o fazer cognitivo de Horácio em que seu sujeito, semioticamente, seria substituindo por uma metonímia dela mesma, apagando-se conseqüentemente. Nessa parte pelo todo, nitidamente um processo metonímico, Amélia surge reificada para ser, devidamente, recortada em partes enquanto objeto; nessa alegoria metonímica, o enunciador Horácio, na interpretação feita de Amélia, nega a se aproximar dela enquanto sujeito, tanto que, uma vez enganado pela jovem, Horácio não vacila em abandoná-la ao julgar Laura, incorretamente, a verdadeira dona do pé.

Horácio, em seu discurso, também faz metáforas; quando descobre o pé, um tanto feioso, de Laura, ou melhor, o antissujeito do pé mimoso, ele desabafa (Alencar, 1981:71):

Sonhar uma pérola e encontrar um seixo; imaginar um mimo e encontrar uma brutalidade; desejar um botão de rosa e colher uma túbara!

Dessa forma, sua subjetividade se revela, porquanto nas considerações, mediante metáforas, explicita-se a axiologia regente das interpretações realizadas. Não que sua metonímia não o exponha, contudo, isso ocorre com a desmontagem de componentes que ganham sentido apenas se uma totalidade for construída antes de ser interpretada; na tensão sujeito-objeto dessa última fala de Horácio, com a metonímia se desmonta uma parte do objeto que o sujeito interpreta metaforicamente.

Por fim, tais exemplos apaixonados, abundantes n' *A pata da gazela*, compõem um jogo alegórico produzido pela habilidade com que Alencar articula as relações que se buscam determinar; assim, dos pés aos braços, retoma-se o soneto de Cruz e Souza,

citado no início. Poeta simbolista, Cruz e Sousa prefere os processos metafóricos; nota-se que a axiologia, com a qual ele conhece o mundo, transparece nas metáforas. Dessa forma, em “tentadoras serpes”, a metáfora revela interdiscursividade com o moralismo cristão, célebre por interpretar as mulheres enquanto ameaças para a integralidade moral dos homens, capazes de fazer, inclusive, com que se perca o lugar no Paraíso. A serpe, porém, é a metáfora de uma metonímia, porquanto os braços são uma parte do corpo que, construído objetivamente, lê-se, subjetivamente, numa metáfora.

## **bibliografia**

- ALENCAR, J. (1981) *A pata da gazela*. São Paulo, Ática.
- BARROS, D.L.P. de (1988) *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo, Atual.
- FIORIN, J. L. (2003). *Introdução à linguística II / Princípios de análise*. São Paulo, Contexto.
- \_\_\_\_\_. (1996) *As astúcias da enunciação*. São Paulo, Ática.
- \_\_\_\_\_. (1989) *Elementos de análise do discurso*. São Paulo, Contexto / EDUSP.
- HJELMSLEV, L. (1975). *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo, Perspectiva.
- HOMERO. (1996). *Iliada*. 6 ed., Rio de Janeiro, Ediouro.
- JACOBSON, R. (s.d.). *Linguística e comunicação*. São Paulo, Cultrix.
- LAUSBERG, H. (1993). *Elementos de retórica literária*. 4. ed., Lisboa, Calouste Gulbekian.
- MACHADO DE ASSIS. (1997). *Obra completa / volume II*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar.
- MARTINET, A. (1978). *Elementos de linguística*. 8 ed., Martins Fontes.
- POMPÉIA, R. (1996). *O ateneu*. 16 ed., São Paulo, Ática.
- SAUSSURE, F. (1969). *Curso de linguística geral*. São Paulo, Cultrix.